

“Sob as Asas do Invisível”

David Lamine Fati*

Introdução

*“ (...) Os indivíduos fazem a sociedade que faz os indivíduos.
Os indivíduos dependem da sociedade que depende deles.”*

(Edgar Morin)

Se alguém o comparasse a uma ovelha de um rebanho, talvez se ofendesse. Mas se, por outro lado, lhe fosse dito e demonstrado que de certo modo todos nós somos “guiados” pelas normas da *Sociedade* como ovelhas pelo pastor, esta comparação poderia ser menos ofensiva. A essa “condução” pelo nosso “pastor” (*Sociedade*), podemos chamar normas sociais, padrões sociais, coordenados pelo **PODER SOCIAL** e geridos pela **INFLUÊNCIA SOCIAL**.

A busca de respostas para questões, tais como: “Até que ponto o indivíduo é realmente livre enquanto vive com outros?” ou “Qual o peso da *Sociedade* na minha vida?” etc., constituíram um atractivo suficientemente grande para fazer este trabalho.

A organização da *Sociedade* é determinada por todos os elementos que sobre ela agem e, uma vez determinada, reage sobre esses elementos; o que permite dizer portanto que existe uma mútua determinação. Estes elementos não são independentes.

* Aluno do 2º ano do Curso de Licenciatura em Psicologia

A maior parte deles são interdependentes; esta interacção produz determinantes sociais com padrões comuns. Assim, um visitante que chegasse do espaço e que descesse em qualquer lugar, descobriria seres humanos que praticam desporto, que intervêm em jogos, em danças e festas, que cantam e professam cultos, que vivem em família e formam grupos. Ser Humano, significa ser mais parecido do que diferente. É o conjunto destas tendências de conduta universal que define a nossa natureza, a natureza humana.

Entre as nossas semelhanças, a mais importante – o traço distintivo da *conduta* da nossa espécie – é a nossa enorme capacidade de **aprender** e de nos **adaptarmos**.

Por irónico que pareça, esta semelhança fundamental possibilita a diversidade humana.

Desde o **Nascimento** até à **Morte**, o Ser Humano está marcado e marca a *Sociedade* em que se encontra inserido. Ser aceite pelos outros, ter um grupo de pertença com afinidades e *padrões de comportamento* comuns, ocupar um lugar na sociedade, são fortes motivações sociais que determinam a vida de cada um.

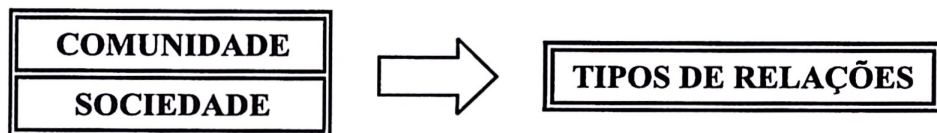
Inerente a este viver em **Sociedade**, o **Indivíduo** submete-se a normas, a padrões de conduta, ao sistema de valores...

As necessidades de ser aceite e de se integrar são alguns factores que o levam a submeter-se às diferentes formas de pressão social, à **INFLUÊNCIA SOCIAL**, ao **PODER SOCIAL**!

Sociedade e Comunidade

“Não podemos viver isolados porque as nossas vidas estão ligadas por mil laços invisíveis.”

(Herman Melville)



A comunidade é formada por pessoas unidas por laços naturais ou espontâneos, assim como por objectivos comuns que transcendem os interesses particulares de cada indivíduo. Um sentimento de “pertença” à mesma colectividade domina o pensamento e as reacções das pessoas, assegurando a cooperação de cada membro e a unidade ou união do grupo. A comunidade é pois um todo orgânico no seio do qual a vida e o interesse dos membros se identificam com a vida e o interesse do conjunto.

Este tipo de organização reveste concretamente três formas principais¹: a *comunidade de sangue*, que é a família, o parentesco e, conseqüentemente, também a mais primitiva; a *comunidade de lugar*, que se forma pela vizinhança e que se encontra na aldeia ou meio rural; por fim a *comunidade de espírito* baseada na amizade, na concórdia, numa certa unanimidade de espírito e de sentimentos. A comunidade de espírito encontra-se sobretudo na pequena cidade em que as pessoas se conhecem, na comunidade nacional e nos grupos religiosos.

Na sociedade, em contrapartida, as relações entre as pessoas estabelecem-se na base dos interesses individuais; são portanto relações de competição, de concorrência ou pelo menos, relações sociais com cunho de indiferença relativamente aos outros. Se a comunidade é feita de afectividade, a sociedade

¹ Estes três tipos de comunidade correspondem, no espírito do Sociólogo Ferdinand Tönnies, às três formas de vontade orgânica: A primeira corresponde ao prazer, dado que é biologicamente mais natural e primitiva; a segunda ao hábito, pois que é fundada na proximidade física, na coabitação do mesmo território restrito; a terceira à memória, que é essencial a toda a comunicação mental e espiritual entre os homens.

é a organização social das relações “frias” nas quais dominam a diversidade de interesses e o cálculo.

A troca comercial é o exemplo mais típico de uma relação societária; cada um dos participantes nesta relação procura extrair dela o maior lucro possível; é esta a regra do jogo. O comércio, os negócios, o trabalho industrial, são pois formas de organização social de carácter societário.

A **socialização** é o processo de integração do indivíduo numa determinada Sociedade.

Este processo inicia-se no acto de nascer – o modo como é assistido o parto, a maneira como é lavado, tratado e vestido são já marcas da cultura em que o indivíduo nasce – e decorre ao longo de toda a vida, terminando quando o indivíduo morre.

É por essa razão que a socialização é um processo dinâmico, interactivo e permanente de integração social.

O processo de socialização obriga a que o indivíduo adapte os seus comportamentos biologicamente determinados às práticas culturais do grupo social a que pertence.

Chama-se **Socialização Primária** ao processo que ocorre ao longo da vida sempre que seja necessária a adaptação a uma nova situação e a interiorização de novos papéis.

Denomina-se **Socialização Secundária** o processo de integração do indivíduo no grupo ou situação social específica: quando inicia ou muda de profissão, quando se casa ou divorcia, quando tem um filho, quando ingressa num grupo cultural ou desportivo, quando se inscreve num sindicato ou partido político, etc.

Em todas estas situações a pessoa tem de adoptar novos papéis, novos modos de agir, interiorizar normas e modelos, enfim, socializar-se.

O meio pelo qual a Sociedade exerce a sua influência nos indivíduos é o que se chama *agente de socialização* e existem muitos, sendo os principais:

Família

Contexto tradicional de socialização. É na família que vai decorrer o processo inicial de socialização: em criança o indivíduo aprende os horários alimentares, os gostos, os hábitos de higiene e outros, a linguagem, as normas de comportamento.

Escola

É também um dos contextos tradicionais de socialização, a par da família e da comunidade. Na escola do 1º ciclo, o professor e os companheiros da mesma idade irão desempenhar um importante papel neste processo.

Grupos de pares

Será no grupo de pares, isto é, pessoas de idade aproximada, que o indivíduo desenvolverá relações de solidariedade e cooperação e adquirirá os sentimentos de reciprocidade e também de autonomia, independência e identidade social.

Os conflitos que ocorrem durante as brincadeiras ou trabalhos darão ao indivíduo a consciência da existência dos outros, com interesses e desejos próprios.

Meios de comunicação social

Televisão, rádio, cinema, revistas e jornais tornam-se na Sociedade contemporânea importantes *agentes de socialização*. A televisão assume um papel particularmente importante: os filmes, as telenovelas, a publicidade veiculam modelos de comportamentos que são imitados e reproduzidos, para o bem e para o mal.

Estatuto social

Cada um de nós ocupa uma posição nos diferentes grupos a que pertence. É o conjunto das posições sociais que vai determinar o **estatuto**, isto é, o lugar que o indivíduo ocupa na hierarquia social. O estatuto permite esperar um conjunto de comportamentos por parte dos outros e do próprio.

Papel social

A cada estatuto social corresponde um papel social. O **papel** é o conjunto de comportamentos que serão esperados de um indivíduo que tem determinado status social. Desde que saibamos a posição que uma pessoa ocupa num grupo, numa organização, esperamos que ela se comporte de determinada maneira, segundo os modelos sociais.

A Cultura

“ A cultura não é um mero suplemento de que usufruem as Sociedades Humanas por contraste com as sociedades animais. É ela que constitui as regras – normas que organizam a sociedade e governam os comportamentos dos indivíduos; constitui o capital colectivo dos conhecimentos adquiridos, dos saberes práticos aprendidos, das experiências vividas, da memória histórico-mítica, da própria identidade de uma sociedade ”

(Edgar Morin)

É a capacidade de o ser humano se adaptar ao meio, transformando-o, que o distingue dos outros animais.

Enquanto que estes estão dotados de mecanismos biológicos que, por exemplo, os defendem do frio, o ser humano teve de construir abrigos, produzir roupas que o protegessem das temperaturas extremas e das intempéries. Para assegurar a sua sobrevivência, desenvolveu acções sobre o meio de que resultou tudo o que nos rodeia: os campos cultivados, as casas, as estradas, o vestuário, a electricidade, as mesas, os pratos, os lápis, os automóveis, os medicamentos... É a fraqueza biológica que o obriga a intervir no meio, a

produzir **cultura**. Contudo a cultura não se manifesta apenas nas produções materiais: as formas de comportamento, os usos e os costumes, os sistemas de valores, as formas de expressão, as artes, os modos de vestir, as normas políticas, religiosas e morais, a concepção de mundo e de morte, o conjunto dos saberes organizados nas ciências, a organização social, constituem a CULTURA.

É na capacidade de o ser humano se adaptar ao meio e de transmitir às gerações seguintes as suas conquistas, é na sua capacidade de aprender que reside a linha que distingue o Ser Humano do Animal.

Nesta linha que nos distingue dos animais, e também nos distingue entre nós humanos, interferem factores tão importantes como, influência social, comparação social e poder social, entre outros.

- Influência Social

O que é a Influência Social?

É acima de tudo uma forma de interacção complexa, em que os efeitos sociais derivam de muitas pessoas em simultâneo. Tais situações são habitualmente estudadas na rubrica geral da **influência social**; nestes casos, a interacção assume a forma de muitos para um, ao invés de interacções de um para um, a influência de muitos converge sobre um indivíduo.

Em alguns casos a influência dos outros pode induzir-nos a fazer ajustamentos no nosso comportamento, de modo a que nos comportemos em conformidade com os outros. Noutros casos, essa influência far-nos-á obedecer aos outros e cumprir as suas ordens. E noutros casos ainda, os outros exercerão a sua influência sobre nós de uma forma ainda mais simples – pela mera presença como espectadores. Em suma;

A influência social foi definida por Secord e Backam (1964) como ocorrendo quando “as acções de uma pessoa são condição para as acções de outra”. Ou seja, podemos dizer que o comportamento de alguém foi influenciado socialmente quando ele se modifica em presença de outrem. É preciso notar

que para que esta definição se adeque, é necessário acrescentar que esta “presença de outrem” não é necessariamente real. Esse outrem pode ser apenas imaginado, pressuposto ou antecipado, sem que os fenómenos sobre os quais nos debruçamos cessem de ocorrer.

- Comparação Social

O que é a comparação social?

Quando a prova dos nossos próprios sentidos entra em contradição com o veredicto do grupo unânime, ou quando a nossa própria percepção não fornece uma resposta nítida, e quando não podemos tentar obter mais alguma informação, nestes casos o mais sensato será ouvir as outras pessoas. O juízo delas pode, então, ser utilizado no lugar da informação acrescida, fornecida pelos nossos olhos ou mãos. Se as outras pessoas discordarem de nós, podemos muito bem mudar a nossa própria resposta segundo o que eles dizem.

Esta linha geral de raciocínio pode explicar porque é que as pessoas procuram saber a opinião dos outros, sempre que confrontadas com uma situação que não compreendem totalmente. A necessidade da **comparação social** é especialmente pronunciada quando as avaliações se referem a questões sociais, entre outras, obviamente.

- Poder Social

O que é o Poder Social?

Por **poder social** compreende-se a capacidade de impor a vontade a outros seja qual for a resistência que eles ofereçam e sem ter que justificar a imposição.

- Representações Sociais

O que são Representações Sociais?

São produções sociais que se impõem aos indivíduos como forças exteriores e que servem a coesão social.

As **representações sociais** desempenham três tipos de funções sociocognitivas nas interacções entre os grupos: *selecção, justificação e antecipação*.

A função selectiva traduz-se numa centralidade dos conteúdos relevantes para a relação inter grupos ao nível das representações mútuas relativamente aos conteúdos irrelevantes para a situação, o que significa que embora a diferenciação perceptiva repouse numa dimensão avaliativa, baseada nos traços relevantes no contexto dessa relação, acentuando a atribuição de traços negativos ao outro grupo, preservando uma imagem positiva do endogrupo (seu próprio grupo), esta diferenciação não se faz sobre quaisquer traços negativos mas sim naqueles que são relevantes no contexto da relação inter grupos.

A função justificativa revela-se também nos conteúdos das representações que veiculam uma imagem do exogrupo que justifica quer a sua posição no contexto da interacção entre grupos, quer um comportamento hostil em relação a ele (exogrupo).

A função antecipatória, finalmente, orienta o próprio desenvolvimento da relação entre os grupos.

Esta ligação entre a realidade objectiva, ou simbólica, dos grupos e a sua representação subjectiva, esclarece, até certo ponto, o modo como, em variadas situações, uma realidade social constituída por grupos se constrói e afecta os comportamentos dos indivíduos que, por seu turno, interagem e corroboram esta realidade²

² Doise, 1974-84 in *Psicologia Social*, 5ª edic., 2002, P. 402

Diferentes Culturas / Diferentes Sociedades

“A história da vida individual de cada pessoa é, acima de tudo, uma acomodação aos padrões de forma e de medida tradicionalmente transmitidos na sua comunidade de geração em geração. Desde que o indivíduo vem ao mundo, os costumes do ambiente em que nasce moldam a sua experiência dos factos e a sua conduta. Quando começa a falar ele é o fruto da sua cultura, e quando crescido, é capaz de tomar parte nas actividades desta, os hábitos dela são os seus hábitos, as crenças dela são as suas crenças, as incapacidades dela, as suas incapacidades. Todo aquele que nasce num grupo do lado oposto do globo adquirirá a milésima parte dessa herança. Nenhum outro problema social nos cabe mais forçosamente conhecer do que este papel que o costume desempenha na formação do indivíduo.”

(Ruth Benedict)

A cultura é um fenómeno universal que se manifesta em todas as sociedades humanas como forma de responder às necessidades dos seres humanos. Contudo, não existe uniformidade na resposta a essas necessidades: não há uma cultura, mas várias culturas.

A cultura varia no tempo e no espaço.

Por exemplo, chorar é um acto que envolve uma componente biológica, que se caracteriza no funcionamento das glândulas lacrimais, e uma componente psicológica – choro porque estou triste, choro de raiva, de dor, de emoção, de alegria...contudo, chorar é uma expressão que em Sociedades como a nossa está confinada à mulher, porque se vive sob a ideia de que “um homem não chora”.

Mas nem sempre foi assim. Foi no séc. XIX que os imperativos burgueses puseram em causa o choro como forma de expressão.

A partir de então, as regras e normas criticam o homem Ocidental por chorar, pelo menos em público. Mas, mesmo nos nossos dias, a forma como se chora, quando e por que se chora varia nas diferentes culturas.

A diversidade cultural manifesta-se em diferentes padrões culturais que são comportamentos comuns aos membros de uma cultura e que se manifesta

no que comemos e quando comemos, no modo como nos cumprimentamos, nos hábitos de higiene, nas relações entre pais e filhos, homens e mulheres, no modo como ocupamos os tempos livres.

Fundamentos Biológicos da Socialização

“O indivíduo é essencialmente social. É-o não em consequência de contingências exteriores, mas em consequência de uma necessidade íntima. É-o geneticamente.”

(Henri Wallon)

Dos vários fundamentos biológicos da socialização, possíveis e passíveis de aqui serem mencionados, mencionarei aquele que me parece ser o mais relevante, o *Imprinting* / *Vinculação*, é também aquele que engloba de certo modo outros fundamentos biológicos, tais como, a **relação mãe-filho e maturação prologada**.

Na espécie humana, o “imprinting” é reforçado pela extraordinária duração da dependência do filho em relação à mãe. O imprinting é a experiência de vinculação afectiva no período crítico da infância. Este afecto vai permitir-nos o reconhecimento dos outros elementos da nossa espécie como objectos afectivos ou seja, o imprinting repercute-se por toda a vida.

O psicólogo francês Réne Zazzo, conduziu um conjunto de investigações e raciocínios que o levou à seguinte questão:

“Obviamente que a novidade não é dizer que a criança de tenra idade se liga à mãe e às pessoas que a rodeiam! Toda a gente o sabe e o verifica. A novidade, a descoberta, diz respeito à origem desta ligação: até agora, pensou-se que ela era o resultado de uma aprendizagem, hoje pensa-se poder afirmar que ela é o efeito de uma *necessidade primária* e que, para se realizar, dispõe provavelmente de mecanismos inatos (...).

Considerou-se até agora como evidente que a necessidade de alimento era a única necessidade primária do recém-nascido e que a partir da satisfação dessa necessidade se criavam os elos que o uniam ao seu meio. A *escola psicanalítica* conceptualizou esta ideia, aliando-se às noções de libido, de actividade oral e, mais directamente, através da tese de apoio ou análise. Para Freud, a satisfação da necessidade de alimento tem por *objectivo* a resolução de uma tensão orgânica, funcionando o seio materno como o *meio* para atingir esse objectivo; assim, à satisfação da saciedade da fome acrescenta-se e liga-se um acréscimo de prazer e a descoberta do objecto que lhe proporciona esse prazer, o seio que amamenta, a mãe. Desta forma o instinto da libido *apoia-se* na função vital da alimentação. Em que se transforma essa construção, como conceber a génese da sexualidade e a origem da afectividade, se está estabelecido que a ligação não é o resultado de um apoio, de uma aprendizagem, mas corresponde a uma necessidade primária tão impetuosa como a fome?”³

Em *A construção Social da Realidade* (pp. 21-22) Harlow e Zimmermam (1959) estudaram as reacções de macacos educados com uma mãe-lã (que não os alimentava) ou com uma mãe-aramé (que os alimentava) perante objectos não familiares (bonecos de aspecto assustador). A sua «mãe» verdadeira estava presente em algumas experiências e ausente em noutras.

Depois de realizadas as duas hipóteses experimentais, com mãe-lã e com mãe-aramé, compararam-se estas reacções com as dos macacos educados com ambas as mães ou com nenhuma. A reacção é uniforme na ausência do substituto maternal: surge o pânico, o jovem macaco encolhe-se a um canto da jaula ou percorre freneticamente o perímetro desta, batendo com os membros anteriores no corpo. Esta reacção persiste quando se introduz uma mãe-lã na jaula de um macaco que nunca contactara com ela, o que não é motivo de surpresa: de facto, com uma idade de 60 a 100 dias, a boneca desconhecida com os seus grandes olhos negros impressionantes constitui um objecto de medo semelhante aos restantes objectos estranhos. A presença da mãe-aramé, para os macacos que foram criados com ela, não é de forma alguma mais eficaz. Embora alguns lhe toquem, não se agarram a ela e mostram-se extremamente emotivos. Bem

³ Zazzo, R. in *A Vinculação, Socicultural*, 1978, P.7

diferente é o comportamento dos macacos habituados a uma mãe-lã e que a encontram nesta situação não familiar: precipitam-se na sua direcção e agarram-se a ela com todas as suas forças. Depois, em breve se acalmam e começam a brincar com o corpo da «mãe»; à medida que a experiência progride, utilizá-la-ão até como base de exploração: irão tocar um objecto, regressarão rapidamente para junto da «mãe», voltarão a tocar mais calmamente o objecto, transportá-lo-ão por vezes para junto da «mãe», etc.⁴

Esta última reacção é extremamente interessante. Bastante paradoxalmente, à primeira vista, verifica-se que só a LIGAÇÃO permite a INDEPENDÊNCIA; é na medida em que o jovem macaco se liga a uma mãe e se sente em segurança junto dela que se pode libertar para explorar o ambiente que o cerca.

Indivíduo

“Indivíduos e sociedade coproduzem-se num circuito recursivo permanente em que cada termo é ao mesmo tempo produtor/produto, causa/efeito, fim/meio do outro.”

(Edgar Morin)

A Sociedade é um macro-grupo. Um dos efeitos do grupo é o **conformismo** face às normas, atitudes e opiniões assumidas colectivamente. Diz-se que uma pessoa é conformista quando se comporta de acordo com as expectativas do grupo. Quando, embora reconhecendo essas expectativas, age de forma oposta, a pessoa mostra **inconformidade**, é considerado independente.

Conformismo traduz-se pela presença – ou emergência – de normas e de modelos colectivos específicos. À medida que se estabelece um sistema de comunicação e de operações entre muitas pessoas, manifestam-se também certas *uniformidades* nos seus comportamentos, opiniões, sentimentos, na própria linguagem. Nos grupos institucionais aqueles modelos tomam a forma de

⁴ Harlow e Zimmermam R in *A Construção Social da Realidade*, Editora Vozes, 1991, pp. 21-22

costumes aos quais os que chegam de novo devem submeter-se mais ou menos espontaneamente para se integrarem no grupo. Trata-se mais de uma impregnação do que de um constrangimento.

Nos grupos espontâneos em formação observa-se a aparição progressiva de normas colectivas e de processos de conformação.

A função colectiva do conformismo atinge simultaneamente as zonas operatórias e afectivas da coesão, uma vez que permite ao grupo procurar os seus fins e manter-se como tal. Em última análise, o conformismo concerne os valores tomados no sentido mais vasto que indicámos mais acima, visto que comporta não só estes valores, mas também todos os valores e disposições que fazem parte do próprio indivíduo.

As Sociedades, em geral, subsistem porque na maior parte dos seus componentes são vivos e fortes os sentimentos que correspondem aos resíduos da sociabilidade; isto é, a disposição existente em cada indivíduo para se relacionar harmoniosamente com outros é de considerável peso na generalidade dos casos. Mas, nas sociedades humanas, há também indivíduos em que pelo menos parte de tais sentimentos se enfraquece e pode mesmo desaparecer. Daqui nascem dois notabilíssimos defeitos que, aparentemente, são opostos, já que um ameaça a sociedade de dissolução (individualismo), e o outro favorece nela o progresso civil (uniformidade).⁵

É evidente que se a necessidade de *uniformidade* fosse em cada indivíduo tão forte que evitasse que nem um só destes indivíduos se afastasse de algum modo das uniformidades que subsistem na sociedade em que vive, esta não teria motivos internos de dissolução; mas não teria também sequer motivo para mudar, quer por via de um aumento, quer por via de uma diminuição da utilidade dos **indivíduos** e da **sociedade**. Pelo contrário, se faltasse a necessidade de uniformidade, a sociedade não subsistiria, e cada indivíduo estaria por sua conta, como fazem os grandes felinos, as aves de rapina e outros. As sociedades que subsistem e que mudam têm pois um estado intermédio entre estes dois extremos.

⁵ Compilação de diferentes textos do livro: de Cruz, Braga da - *Teorias Sociológicas*: F.C.G., 1989

Pode conceber-se uma Sociedade homogénea, em que a necessidade de uniformidade seja a mesma em todos os indivíduos e corresponda ao estado intermédio agora referido; mas a observação mostra que tal não é o caso para as sociedades humanas. Estas são essencialmente heterogéneas, e o referido estado intermédio obtém-se porque em certos indivíduos a necessidade de uniformidade é muito grande, noutros discreta, e noutros pequeníssima, e nalguns pode mesmo faltar de todo. A média encontra-se, não em cada indivíduo, mas na colectividade de todos estes indivíduos. Pode acrescentar-se, como dado de facto, que o número de indivíduos em que a necessidade de uniformidade é maior do que a que corresponde ao estado intermédio da sociedade supera em muito o número daqueles em que esta necessidade é menor, e é muito maior do que o número daqueles em que ela falta de todo. É isto que expressa a chamada curva da adaptação social em “j” (jota), abaixo representada.

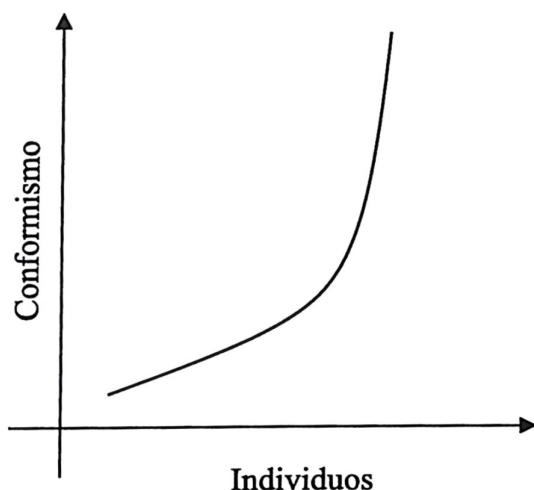


Fig. Gráfico de curva em “jota”

Socialização e Liberdade Individual

“É fácil seguir a opinião da maioria”

(Séneca)

Dado que os enquadramentos culturais em que nascemos e chegamos à maturidade tanto influenciam o nosso comportamento, poderia parecer que somos privados de qualquer **individualidade** ou de **livre vontade**. Poderia parecer que somos meramente estampados em moldes pré-estabelecidos que a *Sociedade* preparou para *Nós*.

Alguns sociólogos tendem a escrever sobre a socialização como se isso fosse verdade, mas tais opiniões são fundamentalmente erradas. O facto de estarmos envolvidos em interacções com os outros, do **nascimento à morte**, condiciona certamente as nossas personalidades, e os nossos valores e o comportamento que adquirimos. No entanto, a socialização está também na origem da nossa própria individualidade e liberdade.⁶

No decurso da socialização, cada um de nós desenvolve um sentido de identidade própria e a capacidade de agir e pensar independentemente.

Este ponto pode ser facilmente ilustrado pelo exemplo da aprendizagem da língua. Nenhum de nós inventa a língua que aprende enquanto criança, e estamos todos constrangidos por regras fixas do uso linguístico. Contudo, a aprendizagem da língua é, ao mesmo tempo, um dos factores básicos que tornam possível a nossa auto-consciência e criatividade. Sem a língua não seríamos seres auto-conscientes e viveríamos mais ou menos inteiramente no aqui e agora. O domínio da linguagem é necessário para a riqueza simbólica da vida humana, para a consciência das nossas características individuais e para o nosso domínio prático do meio ambiente, o que em última instância culmina na capacidade de nos opormos ao *poder social*, à *influência social*.

⁶ in *A Socialização e o Ciclo de Vida*, pp. 110

A mente humana que comanda todos os comportamentos desde que o cérebro se vai formando durante a gestação, funciona à base de duas leis fundamentais: a **lei do efeito** e a **lei da repetição**.

A *lei do efeito* diz que, quando um comportamento produz bom efeito, provocando satisfação, tem tendência a repetir-se quando a situação ocorre de novo.

A *lei da repetição* diz que, quanto mais vezes uma acção produz bom resultado, maior é a força da associação entre essa acção e a situação que a ocasionou. Portanto, e segundo a lei do efeito, podemos presumir que, quando o sujeito se depara com situações que lhe causem desagrado, ou insatisfação, tende a alterar o seu comportamento, ou pelo menos o comportamento perante o “objecto” causador de desagrado. Com a alteração do seu comportamento, e se os estímulos desagradáveis persistirem, o que se pode originar é uma situação de alteração de um conjunto sistematizado de comportamentos, ou seja, da sua conduta. A alteração de conduta é um dos meios que o sujeito tem de manifestar o seu livre arbítrio, visto que ao alterar a sua condição diferenciadora para com os demais, à luz de um padrão semelhante a todos, o sujeito pode deste modo contrariar as leis da *Sociedade*, e ao mesmo tempo superá-las; quando consegue com a sua iniciativa originar uma cadeia de “revoltas” e manifestações contra o poder da sociedade, causa a desobediência às influências, às leis e ao *poder da sociedade*.

Conclusão

Este trabalho visava obter evidências que demonstrassem qual destas partes (*Sociedade / Indivíduo*), é que tem maior relevância e influência na vivência e no percurso do outro.

Os agregados animais inferiores são constituídos de tal forma que cada parcela, de aspecto semelhante a todas as outras, realiza acções semelhantes; e neste caso a separação espontânea ou artificial pouco interfere na vida de qualquer parte. O mesmo acontece com os agregados sociais inferiores, pela

mesma razão. Um grupo de homens primitivos, sem organização, que leva vida errante, divide-se sem qualquer inconveniente. Cada homem, simultaneamente guerreiro, caçador e fabricante das suas próprias armas, cabana, etc., com uma mulher que desempenhe sempre as mesmas tarefas servis, precisa apenas de concertar-se com os seus companheiros em caso de guerra e, até certo ponto, para caçar...

Nos agregados altamente organizados dum e doutro tipo (animais e humanos), passa-se algo diferente. A separação de um mamífero do seu meio pode provocar a sua morte a curto prazo, embora a sua enorme capacidade de adaptação (maior nos humanos), lhe possa eventualmente permitir sobreviver. Por exemplo, se uma cidade isolada, fosse separada dos seus abastecedores dentro de pouco tempo os seus processos sociais paralisariam por falta de abastecimentos, o que poderia, na extrema imaginação desta situação, levar à morte dos indivíduos que a compõem. Embora no caso da divisão duma sociedade civilizada de que resulte ficar uma parte sem uma autoridade central, seja possível esta parte criar em breve uma outra autoridade central, existe entretanto um risco considerável de dissolução, e antes da reorganização se tornar razoavelmente eficiente será necessário atravessar-se um longo período de desordem e debilidade.

Verifica-se assim que a concertação de funções se torna mais estreita à medida que a evolução vai progredindo. *Nos agregados inferiores, quer animais quer sociais, as acções das partes são pouco dependentes umas das outras; ao passo que nos agregados desenvolvidos (de ambos os tipos) a combinação de acções que constituem a vida do todo torna possível as acções componentes que constituem a vida das partes. Isto é, se a organização consiste numa construção do todo de modo a permitir que as suas partes realizem acções reciprocamente dependentes, quanto mais insignificante for a organização maior será a independência relativa das partes; Por outro lado, numa organização avançada existe uma dependência de cada parte em relação às outras de tal ordem que a separação é fatal. Quer o organismo individual, quer o organismo social nos demonstram bem este facto.*⁷

⁷ Spencer, H. - *Teorias Sociológicas*, Lisboa, pp. 227

Porém, a vontade do Indivíduo aspira à diversidade e ao poder, à independência. A Sociedade esforça-se para reprimir este esforço individual.

*A unicidade, incomunicabilidade, instantaneidade, insaciabilidade humana, evidentemente imprópria para a sociabilidade perfeita ou mesmo um pouco aperfeiçoada, torna-se por assim dizer, no conjunto de atitudes que a Sociedade procura corrigir o mais possível: conformismo generalizado, a espontaneidade pela regra, a instantaneidade pelo seguidismo, a instabilidade do desejo pelo apelo à resignação e pelas perspectivas dos paraísos humanitários, etc.*⁸

Isto acontece porque, ao contrário dos animais, o Indivíduo, o *Homem*, tem consciência, mas segundo certos autores, mesmo essa consciência é produto da Sociedade:

*“A cerebralidade⁹ é um produto do meio social. O meio e a necessidade de se adaptar transformam e como que criam o órgão. Não é a Sociabilidade que resulta da cerebralidade, é a cerebralidade que resulta da vida social. A consciência será um epifenómeno, não do orgânico mas do social.”*¹⁰

Portanto, um Indivíduo claramente independente, como que podendo viver isolado na sua “torre de marfim”, fora de qualquer tipo de Sociedade, NÃO EXISTE! Não se encontra em lado nenhum. Porque o Indivíduo é, entre outras formas de o entender, uma molécula da Sociedade.

A parte torna-se possível a partir do todo. A valência do grupo (ou da Sociedade, neste caso) é sempre superior à valência Individual.

Como diz Palante: “Torna-se indispensável reconhecer que a consciência individual é sempre, numa parte razoável, o reflexo das opiniões e dos costumes do seu meio, mesmo que se encontre em reacção contra essas opiniões e esses costumes.”

⁸ Palante - in *Psicologia Social*, Lisboa: F.C. Gulbenkian, 2002, pp. 16

⁹ Consciência

¹⁰ Palante, ob. cit, p. 17

Bibliografia

- BENEDICT, Ruth (1980)- *Padrões De Cultura*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, p. 331
- BRAGA DA CRUZ, M. (1989) - *Teorias Sociológicas*. Lisboa: F. C. Gulbenkian, p. 755
- GLEITMAN, Henry (2002) - *Psicologia, Lisboa*. 5ª ed. Lisboa: F.C.Gulbenkian, p.1253.
- LAMBERT W., William ; LAMBERT E., Wallace (1966), - *Psicologia Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p.172
- LEYENS, Jacques-Philippe (1994) - *Psicologia Social*. Lisboa: Edições 70, p. 262
- LUCKMAN, Thomas (1991) - *A Construção Social da Realidade*. Lisboa: Editora.Vozes, p.176
- NORONHA, Mário (1991) - *O Uso Social Da Psicologia*. Lisboa: Clássica Editora, p.215
- SANTOS, Milice Ribeiro dos; MONTEIRO, Manuela (1999) - *Psicologia*. Porto: Porto Editora, p. 351.
- ROCHER, Guy (1989) - *Sociologia Geral*. Lisboa: Editorial Presença, p.246.
- VALA, Jorge; MONTEIRO, Mª Benedicta (2002) - *Psicologia Social*. 5ªed., Lisboa: F.C.Gulbenkian, p.625p